

MEMÓRIA DO CONTRABANDO E EMIGRAÇÃO CLANDESTINA EM MELGAÇO: PATRIMONIALIZAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO

Lídia Aguiar
CIIC-IS CET

Resumo

Neste artigo, contextualiza-se a problemática do contrabando e emigração clandestina em Melgaço, desde a década de 30 até ao final do século XX. Convocam-se, então, várias memórias, hoje ameaçadas, das suas populações, notoriamente envelhecidas, que importa patrimonializar, registando-as para preservação de identidades. E, sendo o contrabando uma atividade económica clandestina é seguramente difícil a sua identificação, assim como descrevê-la e comprová-la através de fontes documentais, pelo que o recurso às fontes orais representa hoje a metodologia mais adequada ao estudo deste fenómeno da história da raiana. Consta-se, ainda, que os fluxos do contrabando são muito variáveis, pois vão sobrevivendo às oportunidades que a fronteira lhes oferece, consoante as épocas. O contacto constante com novas realidades e a necessidade e vontade de oferecer um sustento seguro às famílias, abrem novos horizontes a muitos homens, surgindo, desse modo também, o fenómeno da emigração ilegal. Daí que este seja igualmente abordado neste artigo, pois se não podem dissociar estas duas realidades: contrabando e emigração. Estando ambas já hoje representadas no museu **Memória e Fronteira**, instalado no centro da Vila, este equipamento cultural, constituirá igualmente mais um outro objeto de análise, como exemplo de salvaguarda de um determinado património imaterial, que o concelho soube reconhecer como importante e marcante com vista sua própria identidade regional.

Palavras-chave: Contrabando; Emigração clandestina; Histórias de Vida; Museu Memória e Fronteira

1 – Introdução

No presente artigo, apresentam-se duas realidades que marcaram profundamente o concelho de Melgaço, durante grande parte do século XX. Verifica-se que este povo raiano, que vivia de uma parca economia assente numa agricultura de subsistência, soube aproveitar a sua situação geográfica, tirando partido da fronteira, através da qual pretendia obter os seus rendimentos. Foi por esta razão que aqui se convocou o contrabando, ação considerada ilícita pelo Estado, mas como tentaremos demonstrar, nunca o foi para estas populações, que viram nesta atividade tão-somente um modo de vida.

Porém, outras oportunidades locais também surgiram, que astutamente o povo melgacense aproveitou. Está neste caso a exploração do volfrâmio, esse minério tão disputado nos períodos de guerra, que em Melgaço representou uma nova lufada de ar fresco no plano do contrabando e em novas formas de ganhar a vida. Como se demonstrará, este período proporcionou grandes rendimentos às populações, embora por um período relativamente curto. Abriu-lhes, no entanto, novos horizontes, criou-lhes condições de vida que elas não mais quiseram perder. O contrabando, por si só, não lhes supria as novas necessidades, agora criadas.

Deve-se compreender que o contrabando era um fenómeno de oportunidade, que decorria das vicissitudes da fronteira e que, por isso, não permitia um contrato de trabalho, nem um salário certo.

Por este motivo, verificou-se, a partir de determinado período uma grande vaga de emigração ilegal, que visou

principalmente a França. Constataram-se as condições da viagem até França e o impacto económico das remessas de dinheiro enviadas à família, que permaneceu na terra natal.

Entende-se que atualmente estas memórias já representam um valioso património imaterial para o concelho de Melgaço. Neste artigo apresentam-se algumas dessas memórias recolhidas em trabalho de campo que a autora levou a cabo neste concelho. As fontes orais representam hoje uma metodologia eficaz e muito usada, pelo que as histórias de vidas recolhidas foram largamente utilizadas, a fim de fundamentar o presente artigo. Todo este trabalho de campo decorreu ao longo de um ano. Deste modo, recorreu-se a uma metodologia do tipo etnográfico, em que a autora primou pelo rigor das suas observações e procurou uma inserção na vida comunitária. Finalmente apresenta-se o museu **Memória e Fronteira**, elemento marcante da identidade deste povo.

2 – O Contrabando

Para o sociólogo Albertino Gonçalves¹, o contrabando é uma ação intrinsecamente ligada à fronteira, da qual a população de Melgaço soube tirar partido em função da sua situação geográfica. Três quintos deste concelho confinam com a Galiza, sendo 22Km de fronteira terrestre e 39Km de fronteira fluvial.

Certo é que ela, em muitos momentos, constituiu um importante motor económico para o sustento das famílias. Homens, mulheres e crianças, carenciados ou abastados, todos participaram, à sua maneira, nesta atividade. Na vida de fronteira, a profissão mais procurada era a de contrabandista (Gonçalves, 2008).

A verdade é que o contrabando foi evoluindo por ciclos. No arco temporal a que este estudo se refere, inicia-se com o período da Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939). Dado o contexto político assumido por Espanha, este país viria a ficar neste período (desde 1936 até alguns anos após o final da II Guerra Mundial), com as suas relações comerciais com o estrangeiro completamente cortadas. Deve-se entender que a Guerra Civil Espanhola, foi um dos mais violentos e cruéis conflitos da história. Opôs os republicanos, então no governo desta nação, aos Falangistas, grupo de tendência fascista e comandado pelo general Francisco Franco. Terminou, em 1939, com a vitória do general Franco, que impôs um regime ditatorial de direita. Entretanto, tinham-se verificado mais de 400 mil mortos; prejuízos enormes na agricultura; a destruição de prédios, igrejas e casas em várias cidades. Neste mesmo ano, iniciou-se a II Guerra. O general Franco tomou uma posição pró nazi, fação que viria a sair derrotada neste último conflito. Por esta razão, a Espanha, vê-se impedida, pelos países vitoriosos, em aceder aos mercados comerciais internacionais, com normalidade.

Foi pois, a economia subterrânea que forneceu o país vizinho de tudo quanto podia e lhe era solicitado: bens de primeira necessidade, café, aço, peças de automóveis; de tudo um pouco passou quer pelas batelas do Rio Minho, quer pela raia seca, diga-se Planalto de Castro Laboreiro.

“Depois da Guerra tudo ia para a Espanha. Eles não tinham nada. Eu era gaiato pequeno, mas lembro-me bem de ouvir a minha mãe e a minha avó contar isso. Depois de 45, finda a guerra, houve muita convivência com os galegos. Isso das fronteiras não afetava nada. Os guardas fechavam os olhos. Ia de tudo para lá: sabão, sal, azeite, imagine que até carros velhos iam, pois eles não tinham nada. Daqui ia muito pão, pois os fornos comunitários trabalhavam todos os dias” Adelino Esteves – Castro Laboreiro – 29/10/2013

“O meu pai guardava café. Tinha café cru em sacos grandes e café Sical³, já embaladinho. Vinham espanhóis de muito longe buscar, mas os guardas eram muito maus. Era a ditadura. Esta gente levava de tudo: café, açúcar, amendoins, até sabão, linhas e velas, tudo lhes servia para levar. Depois da Guerra foi mesmo uma miséria. Até gente de Vigo vinha cá buscar coisas.” Glória de Jesus Pires – Cevide – 23-1-2014

A partir de 1955, Espanha começa a sua recuperação económica. Havia já passado 10 anos após o final da II Guerra, pelo que os mercados comerciais se começaram a abrir a este país, que rapidamente aproveitou as oportunidades oferecidas. O contrabando toma então dois sentidos, já que a diferença cambial começa a favorecer os Portugueses na compra de bens em Espanha.

1 Professor Associado do Departamento de Sociologia e Investigador do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho

2 Idem Memórias do Contrabando no Concelho de Melgaço cit in Boletim Cultural de Melgaço (2008) pp33-39. Melgaço: Camara Municipal de Melgaço

3 Café Sical era o logótipo de uma empresa fornecedora de café para o mercado português.

As trocas comerciais intensificam-se. Para que, neste novo contexto, o contrabando seja bem-sucedido a boa organização tornou-se essencial. Aparecem, então, as primeiras redes bem organizadas, conduzidas pelo que a população ainda hoje denomina “*Os Senhores do Contrabando*”

“*Foi então que vieram os Senhores do Contrabando: Sr. Freitas, Sr. Alexandre, O Rita dos Casais. Esse tinha uma batela no rio e o cunhado Miguel e ainda o Maia de St. Gregório*” Glória de Jesus Pires – Cevide – 23-1-2014

Alguns destes “*Senhores do Contrabando*” organizaram-se em consórcios, criando verdadeiras redes que atingiam todo o país e se alargavam igualmente a Espanha. Estas associações eram bastante complexas. Envolviam muito capital e muitos homens e mulheres a trabalhar para elas (carregadores, condutores, bateleiros, fornecedores, intermediários e informadores). Os meios logísticos também eram fundamentais, como as batelas, carros, camiões, radiotransmissores. Perante esta complexidade, era essencial que a rede fosse flexível e estivesse preparada para agir perante os imprevistos. Um dos mais perigosos, era sem dúvida, a patrulha da Guarda-fiscal (Gonçalves,⁴ 2008).

Tudo poderia estar bem organizado, mas o grande sucesso das cargas esteve sempre dependente de conivências da Guarda-fiscal. Era, pois, normal os guardas-fiscais fazerem, eles próprios, uma contabilização do despacho das mercadorias, na hora da carga, para depois receberem a sua parte do negócio.

“*Eu trabalhei para os Senhores do Contrabando, o Sr. Freitas, o Sr. Alexandre, O Rita dos Casais e o Maia de S. Gregório. As pessoas aqui do regato trabalhavam por uma miséria. Carregava 50Kg a 75Kg de caixas atadas por cordas. Os guardas chegavam quando o camião já estava quase carregado, para verificar a quantidade e receber o seu. Por vezes ainda ajudavam a carregar. Digo-lho eu que estava presente.*” Antero Pires – Cevide – 23-1-2014

Todos os recursos de fuga às autoridades de pouco serviram sem a conivência das próprias. Neste contexto, verifica-se que estes consórcios vão sofrer mais apreensões longe da linha de fronteira, quando os interessados transportavam as mercadorias para as cidades como Braga, Porto, ou Lisboa (Gonçalves,⁵ 2008).

“*O último contrabando que por aqui existiu foi o das bananas. Carregou-se muita banana. Só na altura em que veio para cá o Tenente Abrantes, o conhecido Zeca Diabo, é que tivemos de cortar um bocadinho, que esse não alinhava. Mas depois tudo continuou. De Ponte da Barca até ao Porto é que era tudo mais complicado. Sabe como é, o pessoal via muitas carrinhas a sair daqui serra abaixo e a coisa dava nas vistas (...)*” João António Abreu – Melgaço – 22-1-2014

O contrabando evolui por ciclos. Em Melgaço, o café foi um dos ciclos mais longos, dado Portugal ser excedentário neste produto, devido à produção que lhe chegava das suas ex-colónias. Um outro ciclo importante foi o do gado, que se inicia na década de 60 e perdurou praticamente até abertura das fronteiras. Este tomou os dois sentidos. Para Portugal vinham vacas e para Espanha seguiam vitelos. Este grande ciclo de gado coexistiu com o último grande ciclo, ou seja, o das bananas, tendo este tido início só no início da década de 70.

Juntamente com estes produtos, ao longo dos anos as mercadorias contrabandeadas foram muito diversas. Desde o tabaco, gado suíno e ovino, bacalhau, azeite, ouro, prata, cobre até peças de automóveis inteiros que depois eram montados em Espanha. De tudo um pouco passava ora num sentido, ora no outro, utilizando quer a raia seca quer as batelas do Rio Minho.

A mulher contrabandista assumiu um papel importante. São astutas por natureza, ou porque a vida assim as fez. Na sua larga maioria entregavam-se ao contrabando por conta própria: ovos, galinhas, café, e na perspectiva inversa, farinha e azeite para Portugal. Numa época mais tardia, peças de vestuário, perfumes, chocolates e bacalhau. Era normal elas recorrerem a peças de vestuário apropriadas para disfarçar o transporte de mercadorias mais contrabandeadas. Também o uso de longas tranças enroladas lhes permitia esconder no cabelo peças pequenas. O que foi muito usado para o tráfico de divisas e joias (Gonçalves,⁶ 2008).

O tráfico de divisas, também conhecido por bolsa negra, era largamente utilizado pelos emigrantes espanhóis, que face à ditadura do seu país, estavam impedidos de enviar as remessas de dinheiro diretamente às suas famílias. Desta forma, este era depositado em Portugal e levantado pelos contrabandistas que em seguida o passavam ilegalmente para Espanha e o distribuíam aos familiares dos emigrantes.

4 Idem

5 Idem

6 Idem

“ Ir a Espanha era um trabalho para quem não tinha medo à vida. Por vezes tinha de se fazer mais quilómetros para fugir aos guardas, é que nós não podíamos repartir com eles. Os melhores dias eram os de nevoeiro ou chuva miudinha. Assim eles não andavam pela serra. Fomos ganhando para ter para a casa; ia então buscar, bacalhau, azeite, chocolate, baunilhas e tudo o que me encomendassem, assim ganhava o meu vendendo porta a porta. Lá ia eu com o carregó à cabeça e os meus filhinhos pela mão. Era uma vida bem dura. Mas lá nos governamos com uns tostões. Sim que os nossos governantes só (...)” Maria Emília Domingues – Couso – 7-1-2014

O contrabando foi um negócio lucrativo, mas efémero. Enquanto durou, criou muitos comércios e alimentou muitas famílias. Deve-se compreender que constituindo uma economia paralela, os seus lucros nunca foram orientados para o desenvolvimento local. Permitiram, no entanto, uma sobrevivência condigna a uma população pobre, que vivendo num território limítrofe, dependia de uma parca agricultura e pastorícia de subsistência (Gonçalves, 2008).

3.1 – Exploração de volfrâmio

Em Melgaço, como em tantos outros concelhos do norte e centro do país, a exploração do volfrâmio veio proporcionar um novo alento para as economias locais. Para as populações, a exploração deste minério constituiu uma segunda fonte de rendimento (a primeira era o contrabando), abrindo, mesmo que momentaneamente, expectativas de melhores condições de vida.

Em Castro Laboreiro a exploração do volfrâmio teve uma maior dimensão, do que em outros lugares. Terá começado já durante o período da I Guerra Mundial, tendo tido um grande pico durante a II Guerra. Neste caso foi levada a cabo predominantemente por populares, que acorriam ao Planalto de Castro Laboreiro, no lugar de Ceara, onde foram abrindo várias galerias.

Os populares vendiam-no no contrabando, maioritariamente já em Espanha. Verificou-se, no entanto, que durante o período da II Guerra, foram os Alemães os grandes compradores. Eles aguardavam os homens no sopé do planalto com os seus camiões prontos para carregar o minério. Cada homem alcançava um rendimento médio de 8 contos por dia. Este montante subiria bastante mais se ele tivesse a sorte de encontrar um bom filão.

Segundo o informante Filipe Esteves, morador em Castro Laboreiro, as mulheres tiveram nesta época um papel primordial. Dirigiam-se em grupos para as zonas mineiras, onde apanhavam as pedras que caíam das grandes cargas, ou algumas que elas próprias conseguiam apanhar, por se encontrarem mais à superfície. Dirigiam-se, então, para uma levada, onde lavavam e peneiravam o volfrâmio. Este mineral, preparado pelas mulheres, era vendido exclusivamente a um dos mais conhecidos contrabandistas da zona: o Mareco, ligado a um dos grandes consórcios.

No ano de 1955, estas minas acabam por ser registadas pela Companhia Mineira de Castro Laboreiro, com sede no Porto. O manifesto mineiro foi de João Cândido Calheiro, morador na freguesia de Prado, encontrando-se, este registo, no Arquivo Municipal de Melgaço, no Livro de Registos (Volfrâmio).

“Lembro-me bem do tempo do minério. Vieram para cá muitos homens, de muitos lados, apanhar aquelas pedras. Eram assim umas pedras muito negras, tão lindas que elas eram. Eles ficavam cá a dormir. Ganharam muito dinheiro naquele tempo.

E as mulheres daqui também para lá iam, coitadinhas. Era contudo, um trabalho muito pesado, pois apanhavam as mais pequenitas e iam lavá-las ao regato. Deram-lhes um dinheirinho, ai isso eu sei bem que deu.” Rosalina Fernandes – Castro Laboreiro – 29-10-2013

Com a Companhia Mineira de Castro Laboreiro a dominar a larga maioria das minas, a população, em geral, perdeu os lucros avultados que até então conseguira.

Este fenómeno pode-se constatar em muitas outras zonas mineiras, ligadas ao volfrâmio, do norte e centro do país. Findo o negócio do volfrâmio, a população habituada a ter uma vida melhor, não mais a encontra no contrabando. Continuava a ser uma atividade plena de riscos e da qual não era possível obter um rendimento certo. Ao trabalho duro, o melgacense não tinha medo. Com a fronteira mesmo ao lado, com horizontes mais alargados, o convite à emigração era forte. Encontrou-se, deste modo, a grande alavanca para a mobilidade social (Castro, & Marques, 2003).

7 Joaquim Castro é psicólogo e natural de Melgaço. Colaborou com Abel Marque, técnico superior de turismo, da CMM,

3.2 – A Emigração

O emigrante visava fundamentalmente um emprego, com contrato de trabalho e salário certo. Surgiu, na falta de recursos vindos da exploração do volfrâmio, o segundo grande surto migratório, desta vez dirigido primordialmente a França⁸. Este país em reconstrução após a II Guerra Mundial necessitava de muita mão-de-obra. Os franceses procuravam os trabalhos menos duros e com horários reduzidos e bem remunerados. Abriu-se, assim, uma nova oportunidade para os portugueses.

“E o patrão Francês rejubilava com este homem do sul da Europa, este homem bom e robusto, insensível à fadiga, sem exigências que trabalhava das sete da manhã às onze da noite...” (Rocha, 1965 pp75 cit in Castro¹⁰ & Marques, 2003). Segundo o sociólogo Albertino Gonçalves, o grande surto de melgacenses para França começou a verificar-se nos finais da década de 50, início de 60. A larga maioria partiu de forma ilegal tornando-se impossível obter dados concretos, pela falta de registos, pelas mortes frequentes durante a viagem. De muitos, nunca mais se obteve qualquer notícia.

A emigração clandestina teve na sua origem praticamente a impossibilidade de obtenção do passaporte. Este era obtido através da respetiva Câmara Municipal, desde que cumpridas várias condições tais como: ter trabalho assegurado no país de destino; situação militar regularizada; garantia de subsistência da família a cargo que ficava em Portugal. Além disso, os processos tornavam-se muito demorados. Deste modo, o candidato a emigrante preferia a clandestinidade.

Estes homens, alcançado o destino, conseguiam o visto de trabalho, mas durante longos anos, não mais podiam regressar à sua terra natal, pois incorriam numa pena de cadeia de dois anos (Pereira¹¹, 2014).

Neste contexto, a decisão de partir não era fácil, mas o sonho de uma vida melhor se sobrepôs. Foram maioritariamente os homens que se lançaram nesta viagem, longa e dura, já que devido a um acordo que existia entre Portugal e Espanha, só se encontravam a salvo quando alcançavam terras de França. Surgiu, assim, uma nova personagem, maioritariamente mulheres, que tomou o nome de “passador”. Criaram verdadeiras redes que conduziram os emigrantes até ao seu local de destino (Silva¹², 2011).

“Comecei a levar homens para França. Iam de camionete ou de carro. Demoravam entre 5 a 7 dias a lá chegar. Muitos foram presos e eu também fui porque era um grande crime ser passageiro. Mas os homens precisavam de ir ganhar a vida e eu precisava muito do dinheiro. Eles pagavam 7 contos que era dividido por mim pelo passageiro Espanhol e pelo Francês. O melhor sítio para os passar era aqui o rio Trancoso. Amarrava uma corda por baixo dos braços, puxava-se e chegavam do lado da Espanha sequinhos e limpinhos. Entregava-os ao Espanhol junto com o dinheiro dele e do Francês. Andei uns bons anos nisso” (Requelinda Augusta Pereira – Cevide – 13-11-2013)

Ultrapassar a fronteira nos Pirenéus era o momento mais temido. Tornava-se necessário fazê-lo a pé, pois a vigilância era muito apertada. Na bagagem, pouco seguia, indispensável um bom vinho para o futuro patrão e uma morada de familiar ou amigo que já residisse e trabalhasse em França.

“ Os emigrantes chegavam com as suas malas atadas com cordéis, as suas sacas, os seus embrulhos, traziam as máquinas a petróleo para cozinhar, vinho do Porto para oferecer ao patrão ou amigos franceses.” (Rocha, 1965 p.88) Este movimento migratório, fundamentado em razões económicas, move classes que vão desempenhar trabalhos desqualificados. Enfrentam trabalhos árduos e por vezes com pouca segurança, habitações precárias (caso dos *bidonvilles* em Paris), mas os altos salários que auferem, comparativamente ao que poderiam obter em Portugal, permitem-lhes concretizar os seus anseios (Baganha¹³, 2000).

tendo utilizado no seu livro fontes orais e a consulta de jornais locais da época.

8 O primeiro surto migratório no início do século dirigira-se para o Brasil

9 Nuno Rocha, jornalista de profissão, viveu a experiência de uma viagem como clandestino, que posteriormente transcreveu em livro.

10 Idem

11 Doutor em História pelo Instituto de Ciências Políticas de Paris, Professor na Universidade de Pau.

12 Mestre em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE, com o tema “Redes de emigração clandestina (anos 60) do Portugal Salazarista”.

13 Doutora em Sociologia, especialidade Sociologia e Economia Históricas – Universidade de Lisboa. Membro do Centro de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, foi ainda Professora convidada do curso de pós-graduação

O facto de viverem em comunidade ajuda-os a suportar a distância, a dureza do trabalho e a longa separação da família.

A emigração foi também encarada como uma forma de ascensão social. Em breve começaram a chegar as primeiras remessas de dinheiro dos emigrantes para as suas famílias (Castro₁₄ & Marques, 2003).

“Semanas depois recebia a mulher uma encomenda, um pequeno transistor que ela olhava embevecida e fascinada. Depois (...) perante a surpresa dos vizinhos, atónitos, ela encaminhou-se para o banco e levantava alguns contos de reis” (Rocha₁₅, 1965p.18)

Um dos principais objetivos era a construção de uma casa, que tanto irá alterar a paisagem do concelho. Esta casa “afrancesada” é hoje, no entanto, um símbolo do fenómeno emigratório para França, em Melgaço, como o são os antigos palacetes “abrasileirados”.

Os Melgacenses enviando remessas avultadas, têm contribuído para o desenvolvimento económico da sua terra. Segundo Rocha₁₆ (1965) o envio de quantias consideráveis de dinheiro promoveram o consumo e criaram novos vínculos entre emigrantes e residentes.

Se é certo que foi a emigração a grande alavanca da mobilidade social e económica do concelho de Melgaço, para a história ficarão sempre vinculados o contrabando e a exploração do volfrâmio como os primeiros motores geradores de expectativas e ilusões em alcançar novos padrões de vida (Castro₁₇ & Marques, 2003).

4 – Patrimonialização, Musealização

As memórias que se pretende analisar são um elemento essencial na identidade de um lugar. Por essa razão, o estudo baseia-se na memória coletiva, aquela que compartilha e é por natureza solidária. A memória de uma cidade, vila ou aldeia é, por natureza, uma memória social. Neste sentido, a memória de um lugar é, por consequência, uma memória coletiva (Abreu₁₈, 1998).

Torna-se fundamental o entendimento dos lugares nos dias de hoje. A facilidade das comunicações vem provocando uma igualização dos lugares a nível mundial, o que leva a que estes se tornem bastante parecidos, havendo cada vez mais “não-lugares” (Augé, 2007). Isto que vem estimular a busca da diferença e do individualismo, podendo, assim, sobreviver cada um na sua singularidade (Abreu₁₉, 1998).

O passado é uma das marcas mais importantes da singularidade. Preservado nas paisagens, nas “instituições de memória” ou ainda vivo no quotidiano dos lugares, ele torna-se, pois, o suporte mais eficaz na incessante procura pela diferença (Abreu, 1998).

Patrimonializar a memória do contrabando/ surto do volfrâmio/ emigração constitui uma tarefa difícil de empreender e de explicar. Convive-se com o património cultural imaterial, mas de uma forma irrefletida, porque ele não é visível. Faz parte da memória dos homens. Defini-lo, descrever a emoção que suscita, guardar as suas recordações, valorizá-lo e estudá-lo constitui um valor patrimonial. Importa torna-lo tangível ao conhecimento e fruição, torna-se difícil fazê-lo, uma vez que não é mais possível vive-lo, nem senti-lo (Cabral₂₀, 2011).

Ao contrário do património material, onde o que se salienta são os bens tangíveis, no património imaterial o importante são as pessoas, as suas histórias, tradições, realidades inseparáveis que devem ser percebidas dentro de um só contexto e deste modo valorizadas em simultâneo (Cabral₂₁, 2011).

“Estudos Migratórios y Análisis Demográfico” na Universidade de Santiago de Compostela.

14 Idem

15 Idem

16 Idem

17 Idem

18 Doutorada em Geografia pela Ohio State University, em geografia, passou a dedicar-se à investigação em geografia urbana e histórica. Possui uma larga bibliografia publicada, salientando-se a que renova as ideias da geografia histórica.

19 Idem

20 Especialista em Património Imaterial. Membro da Comissão Nacional da UNESCO. Publicou o livro Património Cultural Imaterial – Convenção da Unesco e seus contextos – Edições 70; Lisboa, 2011.

21 Idem

4.1 – Musealização: o Caso do museu **Memória e Fronteira**

A influência dos fenómenos abordados (Contrabando/Exploração de Volfrâmio/ Emigração Clandestina) foram marcantes na sociedade local, pelo que a autarquia, em Abril de 2007, entendeu criar e abrir o museu **Memória e Fronteira**. Por ele pretende representar as vivências de que são feitas as memórias da sua população, mas que igualmente contribuíram para uma nova cultura e identidade.

Reconstruído e ampliado o antigo matadouro, nasceu este núcleo museológico, que desde logo ganha sentido pela sua localização num sítio/território de grande carga simbólica. Junto ao ribeiro que atravessa a vila, simboliza logo a fronteira fluvial (Esteves²², et al., 2007).

É objetivo deste equipamento cultural musealizar todo um património (material e imaterial), baseado nas vivências do contrabando e da emigração clandestina, pelo que o espólio patente ao público assenta nos depoimentos de quem experienciou estas atividades e em documentos: processos de apreensão, autos de contencioso aduaneiro, cartas de chamada, correspondência institucional. Destaca-se a grande colaboração da população que doou ao museu fotografias pessoais da época, cartas particulares e mesmo uma batela que tantas vezes atravessou o rio Minho transportando todo o tipo de contrabando.

Foi criado neste Museu um espaço, com dois pisos, que se articulam através de uma rampa, onde se podem apreciar as várias temáticas relacionadas com a emigração clandestina. No primeiro, um auditório possuiu alguns filmes com “histórias de vida” contadas na primeira pessoa, relacionadas com toda a temática do museu.

O piso inferior está vocacionado para descrever o fenómeno do contrabando, podendo-se apreciar réplicas de produtos contrabandeados, algum vestuário e artefactos associados a esta temática.

O museu **Memória e Fronteira** permite a compreensão do significado destas atividades para o concelho de Melgaço, bem como proporciona a oportunidade de musealizar e patrimonializar as memórias devidamente preservadas das populações melgacenses.

Ilustra ao mesmo tempo, um processo significativo de institucionalização de bens culturais (bens históricos e simbólicos), isto é, de patrimonialização e musealização em que a história recente é recriada e contada não só através de documentos escritos, mas também de memórias e testemunhos.

5 – Conclusão

Desde tempos remotos, os melgacenses souberam tirar partido das vantagens que a raia lhes oferecia. A actividade do contrabando, intrinsecamente ligado à fronteira, ora se torna obstáculo ora se oferece como oportunidade. Pão, ovos, café, gado, tabaco e muitos outros produtos passaram pela mão de contrabandistas, ora inseridos em consorcios, ora trabalhando isoladamente.

Mas quando surgiu a nova oportunidade de explorar o minério, tão valioso em tempo de guerra, como foi o volfrâmio, muitos deles não se pouparam a esforços e conseguiram alcançar rendimentos até aí nunca obtidos. Como se demonstrou continuaram caminhando, agora rumando à Europa, designadamente a França. Melgaço, tem, por isso, na sua identidade as marcas profundas de um povo itinerante.

Constatou-se, deste modo, a importancia de recolher e preservar as memórias deste povo, para bem das gerações futuras, para conhecimentos de todos os que visitam o Concelho e o querem compreender e vivenciar com autenticidade. O museu **Memória e Fronteira** é atualmente o único representante destas identidades. Impõe-se alargar o seu espólio, aumentar a recolha de histórias de vida, pois “cada ser humano que morre é uma biblioteca que arde”, como sempre afirma o sociólogo Albertino Gonçalves.

22 Angelina Esteves, técnica superior de turismo, responsável pelo departamento da cultura da CMM.

Bibliografia

- ABREU, M. A., 1998. *Sobre a Memória das Cidades*. Porto: Revista da Faculdade de Letras do Porto - Geografia I Serie, Vol. XIV pp 77-97.
- AUGÉ, M., 2007. *Não Lugares - Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus
- BAGANHA, Maria Ioannis. 2000. La emigración portuguesa después de la II Guerra Mundial in Portugal Contemporáneo coordinador António Costa Pina. Madrid: Sequitur, 2000. 84-95363-05-4.
- CABRAL, C. B., 2011. *Património Cultural Imaterial - convenção da Unesco e seus contextos*. Lisboa: Edições 70 Lda.
- CASTRO, J. F. P. & Marques, A., 2003. *Emigração & Contrabando*. Melgaço: Centro Desportivo e Cultural de São Paio.
- ESTEVES, Angelina e Sousa, Pedro. 2007. Espaço Museológico Memória e Fronteira Município de Melgaço cit in Jornadas do Contrabando - Atas pp 41-46. Sabugal: Sabugal+,EM, 2007. 978-989-20-0642-0
- GONÇALVES, A., 2008. *Memórias do Contrabando no Concelho de Melgaço cit in Boletim Cultural de Melgaço cord Esteves A. 2008 pp 33-39*. Melgaço: Camara Municipal de Melgaço.
- PEREIRA, Victor. 2014. A ditadura de Salazar e a emigração - O estado Português e os seus emigrantes em França (1957-1974). Lisboa: Temas e debates - Circulo de Leitores, 2014. 978-989-644-283-5.
- Rocha, N., 1965. *A imigração dolorosa*. Lisboa: Odisseia.
- SILVA, Marta Nunes. 2011. Os Trilhos da Emigração - Redes Clandestinas de Penedono a França (1960-1974). Lisboa: Colibri, 2011. 978-989-121-3